

Professor terá piso de R\$ 950. Educação ganha mais recursos

▶ **ACOLHIDA CONVENÇÃO SOBRE** Direitos das Pessoas com Deficiência

▶ **VETOS PODERÃO SER** analisados separadamente por Senado e Câmara

▶ **MEDIDAS PROVISÓRIAS VOLTAM** a trancar as votações em Plenário



Professores de todo o país serão contemplados com o piso salarial; após a votação em Plenário, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti e Marina Silva comemoram aprovação da proposta

O Plenário do Senado aprovou ontem uma série de projetos, três dos quais voltados à educação. O primeiro deles garante mais verbas para o setor, reduzindo gradualmente os percentuais de Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre as verbas destinadas ao ensino. Com isso, em 2011 o governo já não poderá mais

aplicar em outros fins as receitas vinculadas à educação. Outra proposta acolhida estabelece o piso salarial nacional de R\$ 950 para os professores, enquanto um terceiro projeto cria 2.300 cargos efetivos de professor para a carreira do magistério superior e 1.075 cargos técnico-administrativos para diversas áreas. Os textos da Convenção da ONU sobre

os Direitos das Pessoas com Deficiência também foram acolhidos pelo Plenário, assim como a autorização ao governo do estado do Amazonas para contrair empréstimo do Bird e a proposta que facilita a tramitação dos vetos presidenciais. Ao final das sessões, foram lidas quatro medidas provisórias, que passaram a trancar a pauta. **4 e 5**

Novas regras para criação de municípios passam na CCI

Distritos só poderão ser transformados em municípios se tiverem eleitorado igual ou superior a 50% de sua população e se possuírem núcleo urbano já constituído. **7**

DataSenado vê 69% de rejeição a novo imposto

Contribuição para custeio da saúde não tem o apoio da maioria dos brasileiros residentes em capitais. **5**

Comissão aprova projeto da LDO, que vai ao exame do Plenário

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento, que deve concluir hoje o exame dos destaques. **8**

Aumenta cerco à pedofilia na internet

O Ministério Público Federal terá acesso mais rápido a conteúdos de álbuns pessoais do site de relacionamento Orkut investigados por suspeita de conterem pornografia infantil. O acordo foi assinado ontem na CPI da Pedofilia entre representantes do Google Brasil e do Ministério Público. A comissão recebeu um DVD com informações sobre 114.961 denúncias contra álbuns do site. **3**



Com aplausos de Demostenes, Malta e Thomaz Bastos, representantes do MPU e do Google assinam acordo

Vai ao exame do Plenário projeto que cria o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos, que deverá utilizar sistema de código de barras

Comissão aprova proposta de rastreamento de remédio

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de lei da Câmara criando o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos por meio de controle eletrônico por códigos de barras. A proposição institui o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos, que deverá envolver a produção, a comercialização, a dispensação e a prescrição – médica, odontológica e veterinária – e os demais tipos de movimentação.

O controle dos medicamentos será realizado por meio de sistema de identificação baseado em tecnologias de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados.

Em seu parecer favorável ao texto, o relator Valdir Raupp (PMDB-RO) argumentou que um melhor controle dos medicamentos trará a possibilidade de rastreamento e detecção pre-



Valdir Raupp (E), ao lado de José Nery e Paulo Paim

coce de problemas, bem como a adoção de medidas corretivas com maior agilidade.

Como o PLC 24/07 já obteve aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a matéria vai ao exame do Plenário.

Honorários

Também foi acolhido ontem pela CAS projeto de Valter Pereira (PMDB-MS) que dispõe sobre os honorários advocatícios de sucumbência (extinção do processo) no âmbito da Justiça do Trabalho (PLS 728/07). Até o momento, as reclamações traba-

lhadas são isentas desses honorários.

De acordo com a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), relatora *ad hoc*, esses honorários advocatícios devem ficar entre o piso de 5% e o patamar máximo de 15%. A proposta segue para exame e votação na CCJ.

Na mesma reunião, foi aprovado substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado 274/91, que regulamenta o exercício da profissão de oceanógrafo.

Segundo o relator, Paulo Paim (PT-RS), a matéria garante o livre exercício da Oceanografia aos diplomados em 12 cursos de nível superior que já existem no Brasil. O texto estende essa permissão aos graduados em áreas ligadas às Geociências, Ciências Exatas, Naturais ou do Mar, inclusive a diplomados pela Escola Naval com aperfeiçoamento em Hidrografia.

Isenção para equipamentos de medicina nuclear

A possibilidade de isenção de impostos sobre equipamentos de diagnósticos utilizados pela medicina nuclear será debatida por representantes do governo, dos médicos especializados e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Essa foi uma das principais conclusões de audiência realizada ontem.

Em sua exposição, o presidente da Sociedade Brasileira de Biologia, Medicina Nuclear e Imagem Molecular, José Soares Júnior, informou que aproximadamente 70% do preço de

equipamentos de diagnóstico usados pela Medicina Nuclear referem-se à cobrança de tributos.

Romeu Tuma (PTB-SP), autor do requerimento de audiência, sugeriu que se promova debate a respeito da isenção de impostos sobre equipamentos que se destinem ao atendimento da "população carente". Ele relatou ter feito recentemente, no Hospital das Clínicas de São Paulo, uma tomografia por emissão de pósitron – exame que vem revolucionando a Medicina, segundo Soares, por permitir

rápida detecção de tumores malignos.

Flávio Arns (PT-PR) propôs a criação de grupo de trabalho para apontar as prioridades do setor e as formas pelas quais o Poder Legislativo pode ser útil.

Na presidência da reunião, Augusto Botelho (PT-RR) pediu aos convidados para enviarem sugestões de projetos de lei à comissão ainda neste mês. A proposta foi bem recebida por José Soares Júnior e pela médica Nise Hitomi Yamaguchi, assessora do ministro da Saúde, José Gomes Temporão.



Alfredo Tranjan Filho (E), Carlos Passos Bezerril, Gim Argelo, Odair Dias Gonçalves, Nise Yamaguchi e José Soares Júnior

Reator nuclear nacional deve funcionar em 2014

O primeiro reator nuclear a ser produzido no país, com tecnologia nacional, deverá iniciar as suas operações em 2014. O anúncio foi feito ontem pelo contra-almirante Carlos Passos Bezerril, diretor do Centro Tecnológico da Marinha, durante audiência pública promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (Labgene), onde será instalado o reator, já começou a ser construído em Aramar

(SP). O reator que vai funcionar ali será idealizado com a dupla função de mover um submarino nuclear e fornecer energia elétrica para, por exemplo, iluminar uma cidade. A experiência desenvolvida no local servirá de base para a futura construção de reatores nucleares brasileiros.

Durante a audiência, aberta pelo senador Gim Argello (PTB-DF), o presidente das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), Alfredo Tranjan Filho, disse que as reservas brasileiras de urânio,

atualmente as sextas maiores do mundo, poderão, dentro de alguns anos, passar à segunda ou terceira colocação.

O presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Odair Dias Gonçalves, defendeu a opção brasileira pela retomada de seu programa nuclear. Ele informou que existem atualmente 24 usinas em construção no mundo. Tudo isso, a seu ver, por causa de fatores como o aumento do preço do petróleo e a preocupação com o efeito estufa.

Senadores vão a Belém verificar causas da morte de 22 bebês

Um grupo de senadores fará diligências na Santa Casa de Misericórdia do estado do Pará, situada em Belém, onde morreram 22 bebês nos últimos dias. Participarão do grupo os integrantes da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, além dos três parlamentares da bancada do Pará.

Requerimento nesse sentido, de autoria de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), José Nery (PSOL-PA), Papaléo Paes (PSDB-AP) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Segundo Flexa Ribeiro, a Santa Casa era considerada, até dezembro de 2006, uma unidade hospitalar de qualidade ótima, "mas de lá para cá foi sucateada de maneira incompreensível".

De acordo com Rosalba Ciarlini, há denúncias sobre falta de equipamentos e de medicamentos, superlotação das unidades e falta de condições de higiene. Ela ressaltou, porém, que essas dificuldades não ocorrem so-

mente nesse hospital e, por isso, conclamou o Senado a lutar por uma política pública nacional que garanta atendimento exemplar a gestantes e bebês.

Habitação

A CAS também acolheu substitutivo a projeto (PLS 77/08) do senador Gilberto Goellner (DEM-MT) que oferece incentivo fiscal ao empregador que construir moradias para seus funcionários. O relator, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), apresentou substitutivo que, em vez de instituir o programa de incentivo conforme previa o texto original, simplesmente autoriza o Poder Executivo a criar tal programa. Ele entendeu que a Constituição veda ao Congresso a iniciativa de projetos dessa natureza, sem previsão na lei orçamentária anual.

Valadares afirmou que há 7 milhões de famílias brasileiras morando em condições precárias nas áreas metropolitanas, que seriam beneficiadas por um programa dessa natureza.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Quatro medidas provisórias (MPs 422, 424 e 425/08, e PLV 17/08) lidas em Plenário passarão a trancar a pauta. As MPs deverão ser votadas até quarta-feira, segundo o presidente do Senado, Garibaldi Alves.

Agenda do presidente

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe às 11h o vice-governador do DF, Paulo Octávio; o secretário de Justiça do DF, Raimundo Ribeiro; e a presidente da OAB local, Estefânia Viveiros. Às 14h, participa de reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Às 16h, preside a ordem do dia.

Acordos internacionais em exame na CRE

A partir das 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) examina 17 proposições. Entre os itens em pauta, encontram-se seis textos de acordos e protocolos internacionais, bem como projeto que trata da situação jurídica do estrangeiro no Brasil.

Depoimentos sobre compra da Varig

A Comissão de Infra-Estrutura (CI) faz audiência, às 10h, sobre o caso da venda da Varig. Foram convidados o advogado Roberto Teixeira, que recusou o convite, Marco Antônio Audi, Marcos Haftel, Luiz Eduardo Gallo, o deputado Paulo Ramos e o comandante Elnio Borges.

Fundo de Participação

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) vota, às 10h30, cinco itens, sendo o primeiro deles o que altera a legislação para restabelecer sistemática de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal prevista na Lei 5.172.

Segurança dos oficiais de Justiça em debate

Às 14h30, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública para debater a situação de segurança dos oficiais de Justiça. Entre os convidados, o presidente da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil (Fojebra), Paulo Sérgio Costa da Costa; o deputado Pompeo de Mattos; e o coordenador-geral da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Wagner Augusto.

CPI do Senado é palco para assinatura de termo de ajustamento de conduta entre o provedor responsável pelo Orkut e o Ministério Público Federal

Google cede e fecha acordo para combater a pedofilia

UM ACORDO ENTRE o Google Brasil e o Ministério Público Federal (MPF), formalizado ontem durante reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, permitirá o acesso muito mais rápido aos conteúdos dos chamados álbuns pessoais do site de relacionamentos Orkut, investigados por suspeita de conterem pornografia infantil. O Google compromete-se a notificar automaticamente ao MPF todas as ocorrências de pornografia infantil detectadas no Orkut. A empresa assume ainda o compromisso de manter os registros de acessos e os números IP (protocolo de internet, endereços virtuais de cada usuário) por 180 dias.

Outra importante medida prevista no termo de ajustamento de conduta (TAC) diz respeito à criação de um sistema de filtro para remover e prevenir material comprovadamente ilícito no Orkut e o desenvolvimento de ferramenta que permita a cooperação direta com a SaferNet, entidade da sociedade civil que fiscaliza crimes na rede. A partir de reformulação no setor de atendimento ao consumidor, o Google obriga-se a responder em até 15 dias úteis a todas as reclamações de usuários do Orkut que se sentirem vítimas de ações criminosas no site.

O TAC põe fim a uma ação civil pública proposta em 2006 contra a empresa, que a acu-

sava de não colaborar com as autoridades brasileiras na investigação de crimes de pedofilia na internet. Assinaram o termo os procuradores Sérgio Suiama e Adriana Scordamaglia, pelo MPF, e Alexandre Hohagen, diretor-presidente do Google Brasil, tendo quatro senadores como testemunhas – Magno Malta (PR-ES), Demostenes Torres (DEM-GO), Romeu Tuma (PTB-SP) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

O Google será multado em R\$ 25 mil por dia se descumprir o acordo. Também ficou acertado que o provedor desenvolverá campanhas de educação para o uso seguro da internet e poderá financiar a publicação de até 1,1 milhão de cartilhas para distribuição nas escolas, como forma de orientar crianças e adolescentes.

Para Demostenes Torres, os compromissos firmados pelo provedor no combate à pedofilia mostram os bons resultados do trabalho da CPI na busca da convergência de posições.

– Prevaleceu o bom senso e conseguimos promover a convergência. Fico muito feliz por termos chegado a esse momento exitoso – frisou o senador.

Hohagen havia se comprometido a atender aos pedidos do

MPF em abril passado, quando depôs na comissão de inquérito. Na ocasião, foram quebrados os sigilos de mais de 3 mil álbuns fechados do Orkut. Desde então, as negociações para a elaboração do TAC esbarraram, de acordo com os procuradores, em exigências apresentadas pelo Google. Uma delas era assegurar imunidade civil e criminal para casos em que deixasse de enviar às autoridades os dados de usuários suspeitos de praticar crimes na internet – segundo Hohagen, para “preservar os funcionários”, mas a imunidade só valerá no caso do envio de informações incorretas.

Sérgio Suiama lembrou as diversas tentativas nos últimos anos para fazer o Google passar as informações sobre as páginas suspeitas do Orkut e atribuiu ao trabalho da CPI a vitória obtida ontem.

– O Google Brasil se dizia impossibilitado de entregar informações, alegando que os dados estariam hospedados em servidores nos Estados Unidos. Foi necessária a atuação da CPI para pôr fim ao impasse. Agora precisamos permanecer unidos na fiscalização, para assegurar o cumprimento do TAC – frisou o procurador.

Para procurador, atuação da CPI foi fundamental para que o acordo com o Google pudesse ser assinado



Entre Demostenes (E) e Malta (D), os procuradores Scordamaglia e Suiama e Hohagen, diretor do Google, assinam o termo

Senadores comemoram vitória contra pedófilos

“Nossa vitória foi criar uma nova lógica de relação da empresa com o país. O que se determinou que será aberto no Brasil também terá que ser aberto no mundo inteiro”, afirmou Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI da Pedofilia, ao comemorar a assinatura do acordo que permitirá o acesso da Justiça brasileira aos álbuns fechados do Orkut suspeitos de conter pornografia infantil.

– Hoje é um dia importante para o mundo, para o Brasil e para as crianças. A assinatura do TAC foi resultado de luta, de enfrentamento e de coragem. Como se trata de uma empresa com atuação mundial, quando

se mexe numa lógica adotada pelo Google em um país, também haverá impacto nas relações da empresa nos outros países onde ela atua – ressaltou Magno Malta.

O relator Demostenes Torres (DEM-GO) exaltou os esforços que levaram ao entendimento, destacando a importância do Google como canal de comunicação e informação para milhões de pessoas. O senador elogiou a ação do MPF na defesa e na proteção da sociedade brasileira e a seriedade do trabalho da SaferNet.

– Vamos ter um ganho substancial no combate à pedofilia no Brasil. Vão se beneficiar a

Polícia Federal, o Ministério Público Federal e, especialmente, a sociedade brasileira. Será uma contribuição valiosa, porque 90% do que temos apurado em termos de pedofilia na Internet acontecem no site de relacionamento Orkut – salientou Demostenes.

Romeu Tuma (PTB-SP) defendeu a criação de uma legislação comum de combate à pedofilia no Mercosul porque, para ele, a troca de informação em escala internacional é fundamental para se combater os criminosos que usam a internet

– Todo o esforço será essencial para a proteção das crianças e das famílias – frisou o senador.

Só neste ano, SaferNet já recebeu 114 mil denúncias

A SaferNet Brasil, principal ONG de combate à pedofilia no país, entregou na terça-feira à CPI um DVD contendo 114.961 denúncias recebidas pela entidade em 2008, referentes à existência de pornografia infantil em álbuns do Orkut, o site de relacionamentos do Google. Essas denúncias envolvem 22.761 endereços diferentes, sendo 2.551 de comunidades do Orkut e 20.210 perfis.

Os dados requisitados na semana passada foram considerados “essenciais para os trabalhos da CPI”, segundo o presidente Magno Malta. Como explicou o senador, as denúncias recebidas diariamente pela SaferNet eram encaminhadas apenas ao Ministério Público de São Paulo, por causa de acordo firmado entre os dois órgãos.

O presidente da SaferNet, Thiago Tavares Nunes de Olivei-



Thiago Tavares, da SaferNet: DVD repleto de denúncias sobre pedofilia

ra, informou que o DVD contém todas as denúncias recebidas pela entidade no primeiro semestre deste ano. Nas denúncias constam os endereços na internet das páginas suspeitas de abrigar material pedófilo (muitas denunciadas repetidas vezes) e a situação atual de cada sítio (se a mesma foi retirada do ar ou bloqueada pelo Google).

Brasil levará experiência a cúpula mundial na Índia

Os acordos firmados ontem com o Google Brasil são um “marco histórico” e servirão de referência para aperfeiçoar o modelo global de governança da internet, afirmou Thiago Tavares, da organização não-governamental SaferNet.

Para o especialista, os embates e o entendimento final podem ajudar no avanço da normatização internacional para o uso da internet. Por isso, a SaferNet e o Ministério Público Federal deverão levar a experiência brasileira para ser discutida no Fórum de Governança da Internet da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, em dezembro, na Índia.

O procurador Sérgio Suiama disse concordar com a iniciativa.

– Pela primeira vez na história, um provedor multinacional admite cumprir as leis e decisões emanadas de um país democrático – ressaltou Suiama, ao afirmar que o MPF deseja que a rede mundial de computadores seja um espaço de comunicação seguro, no qual crianças e adolescentes possam “navegar sem medo de predadores”.

Alexandre Hohagen, do Google Brasil, vê no TAC “um novo patamar de proteção da infância e de colaboração com as autoridades jamais visto em qualquer parte do mundo”.

Existem 42 milhões de internautas, dos quais 8 milhões são crianças de oito a 11 anos de idade. Só no Orkut, lembrou Tavares, são mais de 27 milhões de usuários no país.

Hotel, bar ou casa que abrigar exploração pode ser confiscado

As pessoas que induzirem crianças à prostituição, que facilitarem a exploração sexual infantil ou mesmo que dificultarem a saída de menores de situações de abuso poderão ser condenadas a penas que variam de cinco a 12 anos de prisão. A medida consta de sugestão aprovada ontem pela CPI da Pedofilia, que será transformada em projeto de lei estabelecendo ainda que poderão ser presos os pais que induzirem seus filhos menores à prostituição e proprietários ou gerentes de estabelecimento comercial que abrigar a prática.

O projeto prevê ainda aumento de pena quando o crime for praticado sob violência ou ameaça, criminaliza a ação de adultos na exploração sexual de adolescentes de 14 a 18 anos (mesmo quando houver o consentimento dos menores)

e determina a perda de bens imóveis utilizados para a prostituição infantil – hoje, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) prevê apenas a perda do alvará de funcionamento.

Assim, hotéis e restaurantes (ou mesmo uma residência particular) usados para essa finalidade poderão ser tomados pela Justiça e o valor arrecadado em leilão será destinado ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme estabelece a proposição.

Este é o segundo projeto de lei sugerido a partir do trabalho da CPI. Em meados de junho, o colegiado apresentou o PLS 250/08, que também determina diversas mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente, de forma a aumentar o rigor contra quem abusa sexualmente de crianças e a coibir a prática de pedofilia.

Resgate de Ingrid Betancourt é comemorado por senadores

A libertação, ontem, pelo Exército colombiano, de 15 reféns das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), entre eles a ex-senadora franco-colombiana Ingrid Betancourt, foi anunciada em Plenário pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Heráclito Fortes (DEM-PI), e comemorada pelos senadores. Ingrid foi seqüestrada em 2002, quando disputava a campanha para a Presidência da República na Colômbia. Na mesma operação, foram resgatados três norte-americanos contratados do Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), previu que está perto do fim a "guerra intestina" na Colômbia e assinalou que a guerrilha "já não conta nem com a solidariedade do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que a sustentou financeiramente por tanto tempo". O senador fez um apelo para que as Farc libertes os demais reféns.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que o presidente colombiano Álvaro Uribe "não cedeu ao populismo e demons-

trou que, quando as instituições democráticas funcionam, as soluções acontecem".

O senador João Pedro (PT-AM) manifestou-se contra a luta armada na América Latina como forma de atuação política. Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que os 81 senadores brasileiros se empenharam pela libertação de Ingrid. Ele disse que as Farc deveriam aceitar a proposta de paz do governo colombiano, que prevê anistia geral.

José Agripino (DEM-RN) observou que quem ganhou o embate contra esse "ícone da perversidade praticada por um movimento terrorista" foi a democracia e elogiou a persistência de Uribe em combater até o fim e enfraquecer as Farc.

Convite

O Plenário aprovou ontem requerimento de convite a Ingrid Betancourt para comparecer ao Senado brasileiro. Eduardo Suplicy, autor do requerimento, destacou a importância do relato que Ingrid possa vir a fazer aos parlamentares sobre os anos em que foi mantida como refém das Farc.



"Fiz apelo à secretária de Educação, que conheço há anos", diz Suplicy

Suplicy pede a Serra que negocie com professores

Um pedido para que o governador do estado de São Paulo, José Serra, e a secretária estadual de Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, negociem com os professores, em greve há duas semanas, foi feito ontem por Eduardo Suplicy (PT-SP).

O senador leu em Plenário carta da professora Maria Izabel Azevedo Noronha, presidente da Associação dos Professores do Estado de São Paulo (Apeesp), e do professor Carlos Ramiro de Castro, ex-presidente da entidade. Segundo a carta, os professores exigem a revogação do Decreto 53.037, de 2008, que trata de transferências de professores entre escolas. "Na prática, o decreto inviabiliza o concurso de remoção para a maioria dos profissionais. Para tanto, a Secretaria de Educação alega alta rotatividade de professores entre as escolas", afirmam os dirigentes da Apeesp na carta.

Eles reivindicam ainda a incorporação de todas as gratificações, extensiva aos aposentados; reajuste salarial que recompense perdas acumuladas desde 1998; negociação sobre um novo plano de carreira; e máximo de 35 alunos por sala.



Jarbas: acordo com usinas só foi feito pelo atual governo de Pernambuco

Jarbas Vasconcelos rebate acusações de Carlos Minc

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) rebateu o que chamou de "acusações mentirosas e caluniosas" do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, contra o seu governo em Pernambuco (1999-2002 e 2003-2006), em relação à destruição da Mata Atlântica na Zona da Mata, onde se encontram as usinas de álcool e açúcar.

— Tenho verdadeira ojeriza, completo nojo dos populistas, dos bobos da corte que se divertem atacando a honra alheia. Esse é o caso do senhor Minc, que tem mais vocação para animador de auditório do que para ministro de Estado — afirmou.

Jarbas disse que Minc mentiu ao acusar sua gestão no estado de firmar um "acordo imoral que deve ter custado muito caro" com as empresas do setor sucroalcooleiro. O senador informou que o Ibama era o responsável pela Mata Atlântica até 2006, e que, por isso, o acordo com as empresas só foi formalizado em 2007, pelo atual governo, por meio de dois termos de recomposição da mata ciliar (nos quais as usinas se comprometeram a plantar seis hectares por ano de mata ciliar, por um período de três anos, e com espécies nativas de Mata Atlântica).

PEC da senadora Ideli Salvatti, aprovada pelo Plenário por unanimidade, prevê fim da aplicação ao setor de mecanismo criado há 15 anos. Texto ainda precisa ser votado pelos deputados antes de ser transformado em lei

Fim da DRU até 2011 garante mais verbas para educação

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem proposta de emenda à Constituição que reduz gradualmente, a partir de 2009 e até 2010, os percentuais de Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre as verbas destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino previstos na Constituição. Em 2011, conforme a proposta (PEC 96/03), haverá a extinção da DRU para a educação. Com isso, o governo não poderá mais destinar essas receitas para outras finalidades, inclusive o pagamento da dívida. A PEC é de iniciativa da senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Para que a aprovação pudesse ocorrer, os líderes partidários concordaram em realizar num único dia todas as sessões de discussão que ainda faltavam para a conclusão do exame da matéria, bem como os dois turnos de votação requeridos. No primeiro turno, a PEC foi aprovada com 58 votos favoráveis e nenhum voto contrário, nem abstenções. Em segundo turno, foi aprovada com 52 votos favoráveis

e, novamente, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Renovada em dezembro pelo Congresso, a DRU permite que governo redirecione 20% da arrecadação de todos os tributos condicionados a gastos específicos — exceto as contribuições patronais e dos empregados para a Previdência — para outros gastos considerados mais urgentes. O mecanismo foi criado ainda na primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso, para dar ao governo maior flexibilidade no sentido de enfrentar a crise fiscal (desequilíbrio entre receitas e despesas) verificada naquele momento.

O percentual de desvinculação será reduzido à metade (10%) em 2009, caindo para 5% em 2010, por força de emenda apresentada pelo relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o falecido senador Jefferson Péres. Originalmente, Ideli previa três anos até a extinção, com queda gradual no percentual de incidência para 15%,



Romero Jucá, líder do governo, e o presidente Garibaldi Alves: acordos partidários facilitaram votação

em 2008, 10%, em 2009 e, por fim, 5%, em 2010.

A matéria foi aprovada com apoio da oposição. O líder do PSDB, senador Arthur

Virgílio (AM), disse que depois de 15 anos de estabilidade econômica, a economia do país amadureceu. Pode dessa forma suportar um passo ousado, investindo

pesadamente em educação.

O parlamentar, entretanto, alertou para a necessidade de o governo compensar essa medida, cortando gastos em outras áreas, de modo a não estimular a tendência de inflação que se mostra presente. Ideli Salvatti afirmou que a inflação brasileira está em 5,6%, o que dá ao país tranquilidade para aprovar a PEC. Ela ponderou no sentido de que a transição será muito suave. E, por outro lado, notou que o governo já está aplicando, por diversas formas, uma soma de recursos que equivale, na prática, à desconsideração da DRU.

— É preciso tirar isso da Constituição para que nenhum governo caia na tentação de desviar recursos da educação.

Segundo a senadora, desde a criação da DRU, R\$ 72 bilhões deixaram de ser destinados ao setor. Ela afirmou que só este ano a educação teria R\$ 7 bilhões a mais.

A PEC foi criticada pelo senador Aloizio

Mercadante (PT-SP), justamente em razão das pressões inflacionárias. O parlamentar petista frisou ser favorável ao recolhimento de recursos ao chamado Fundo Soberano, uma idéia em desenvolvimento no governo, de modo que, garantida a estabilidade econômica, a população pobre ficasse protegida da inflação. Mais tarde se ampliaria o gasto social.

— Não é o momento de se ampliar verbas para a saúde e a educação — advertiu Mercadante, lembrando que medidas de apoio ao setor educacional já vêm sendo aprovadas, como a fixação do piso de R\$ 950 para os professores.

Críticas

O líder do DEM, José Agripino (RN), criticou a postura de parte da base governista.

— Dizer que mais dinheiro para educação e saúde alimenta a espiral inflacionária é uma provocação à inteligência dos senadores e do brasileiro comum — afirmou.

Piso salarial nacional de R\$ 950 para professores vai à sanção

Só depende da assinatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a instituição de um piso salarial nacional, de R\$ 950, para os cerca de 1,5 milhão de professores de educação básica da rede pública. O Plenário do Senado aprovou no final da noite de ontem, em sessões consecutivas, o substitutivo da Câmara ao projeto original (PLS 59/04), do senador e ex-ministro da Educação Cristovam Buarque (PDT-DF).

Antes, o projeto passara, também ontem, pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação, Cultura e Esporte (CE). Diversos senadores comemoraram a aprovação do texto, juntamente com representantes dos professores que estavam nas galerias.

O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) disse que o projeto representa uma conquista histórica para a categoria.

— Primeiro é preciso garantir remuneração digna ao professor. A educação pública de qualidade passa pela remuneração dos professores — afirmou.

Já o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) parabenizou os que ajudaram a viabilizar a

proposta, em especial Cristovam Buarque, mas observou que a concepção original do projeto era mais adequada que a proposta que foi votada.

— Deveríamos estar aprovando um piso e outro piso diferenciado para aqueles que têm formação universitária — ressaltou Mercadante.

Emocionada, na tribuna, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse que a criação do piso salarial resgata um sonho de décadas.

— Obviamente não é o melhor valor: há estados e municípios que já pagam mais, mas é importante ter uma unificação, até para que possamos gradualmente aumentar o valor — afirmou.

Marisa Serrano (PSDB-MS) também defendeu o seu aprimoramento no futuro, tendo em vista a preocupação das prefeituras municipais com a perspectiva de novos gastos. Segundo ela, os secretários municipais de Educação estão preocupados com as várias e recentes medidas implementadas que visam melhorar o ensino público mas, ao mesmo tempo, representam despesas novas e elevadas.

Amazonas é autorizado a tomar empréstimo de US\$ 24 milhões

O Amazonas foi autorizado pelo Senado a contratar empréstimo de US\$ 24,2 milhões junto ao Banco Mundial (Bird). Conforme acordo entre os partidos, foi incluído no texto do projeto de resolução uma recomendação para que o Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalize, a partir de agora, todos os empréstimos contratados no exterior por quaisquer entes federativos, incluindo estados e municípios.

A reivindicação partiu do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que fez severas críticas ao governo amazonense.

— Quero a aprovação do projeto, mas não quero que surrupiem esse dinheiro. Já surrupiaram dinheiro demais no meu estado — afirmou.

O senador João Pedro (PT-AM) também apoiou a aprovação, dizendo que o dinheiro vai atender a nove municípios na fronteira com a Colômbia.



Acordo entre opositoristas e governistas permitiu a votação de vários projetos da pauta, que voltou a ser travada por medidas provisórias

Convenção para pessoas com deficiência será promulgada

Com 56 votos favoráveis, o Plenário aprovou ontem o projeto de decreto legislativo (PDS 90/08) que traz os textos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York no dia 30 de março de 2007. O objetivo da convenção é promover e assegurar o exercício pleno e equitativo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais por essas pessoas e promover o respeito pela sua dignidade.

O projeto segue agora para promulgação, quando passará a fazer parte da legislação brasileira.

O texto define como pessoas com deficiência as que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. O documento estabelece ainda que, entre seus propósitos, está facilitar a comunicação, a partir de linguagem adequada, visualização de textos, uti-

lização do método braille, comunicação tátil, caracteres ampliados e dispositivos de multimídia acessíveis.

Os países signatários da convenção se comprometem a assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação. Para tanto, deverão adotar medidas nas áreas legislativas e administrativas, com o objetivo de revogar leis, regulamentos, costumes e práticas vigentes que constituírem algum tipo de discriminação.

Entre as obrigações dos países signatários destaca-se também a realização e promoção de pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e ins-

tações com desenho universal destinados a atender às necessidades específicas de portadores de deficiência. Entre seus 50 artigos (mais 18 artigos do Protocolo Facultativo), há normas destinadas ao acesso à educação e referentes às crianças com deficiência e às situações de risco e emergência



Segundo Azeredo, o relator, o texto não cria direitos novos nem especiais

humanitárias.

Adotada pela Organização das Nações Unidas em dezembro de 2006 e assinada pelo Brasil (e mais 196 países) em março de 2007, a convenção entrou em vigor em 3 de maio de 2008, um mês após ter sido ratificada pelo Equador, vigésimo país a fazê-lo. Como observa em seu voto o relator do projeto de decreto legislativo, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o texto não cria direitos novos nem especiais, mas pode ser considerado um "instrumento facilitador para o exercício dos direitos universais, em especial a igualdade com as demais pessoas".

O principal objetivo da convenção, conforme o primeiro artigo do texto, é "promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente".

Além do respeito por essa dignidade, são princípios ainda a não-discriminação, a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade, o respeito pela diferença, a igualdade de oportunidades e a acessibilidade.

A convenção prevê também que a falta de condições de acessibilidade nas cidades e instituições configura-se discriminação.

Senado e Câmara devem decidir sobre os vetos separadamente

O veto presidencial deverá ser examinado separadamente pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, no prazo de 30 dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos senadores e deputados, em votação secreta. A nova regra é prevista em proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Marco Maciel (DEM-PE) aprovada ontem pelo Plenário, em dois turnos. A matéria seguirá para deliberação da Câmara dos Deputados.

Maciel argumenta, em defesa da proposta (PEC 57/05), que 1.070 vetos presidenciais aguardam apreciação em sessão conjunta do Congresso Nacional, e que esse tipo de matéria também tranca a pauta de votação, como as medidas provisórias. O senador explicou que a mudança proporcionará economia processual, pois sendo mantido numa Casa, o veto nem chegará a ser analisado pela outra. Isto porque, para ser derrubado, será necessária a concordância das duas Casas.

— Estamos vivendo um grande déficit deliberativo pela



Iniciativa de Maciel depende ainda de votação na Câmara

profusão das medidas provisórias que são editadas sem observar os pressupostos de relevância e urgência — disse.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que a última palavra sobre os vetos deve ficar mesmo com o Congresso. Da forma como é hoje, assinalou, o presidente da República é quem, na prática, tem a palavra final sobre o assunto.

Foi acolhida emenda de Romero Jucá (PMDB-RR) determinando que os vetos encaminhados em data anterior à da promulgação da PEC serão apreciados em sessão conjunta, só podendo ser derrubados pelo voto da maioria absoluta dos deputados e senadores.

Participantes da Revolta da Chibata ganham anistia póstuma

Emenda da Câmara ao projeto de lei do Senado (PLS 45/01) que concede anistia póstuma a João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata, e aos demais participantes do movimento, foi aprovada pelos senadores. O projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) agora será enviado à sanção presidencial.

A Revolta da Chibata ocorreu durante o governo de Hermes da Fonseca, em 1910. Foi

CSS tem rejeição de 69% dos que vivem nas capitais

Pesquisa telefônica do Data-Senado revelou que 69% dos brasileiros residentes em capitais são contrários à criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS), em tramitação na Câmara, que já aprovou o texto-base do projeto. Entre os entrevistados, 80% consideram que aprovar a CSS significa recriar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), extinta em dezembro pelo Senado.

Quanto maior a renda dos entrevistados, menor é o apoio à CSS. Na parcela com rendimentos de até dois salários mínimos, 39% aprovam a sua criação, contra 21% no universo dos que ganham mais de cinco salários mínimos. A desaprovação é de 56% entre os que ganham até dois salários mínimos e de 79% entre aqueles com renda de mais de cinco mínimos.

A tendência se repete por faixa de escolaridade: entre os que têm até a 8ª série, 40% aprovam e 55% desaprovam a CSS. Dos entrevistados de nível superior, 19% são favoráveis à nova contribuição e 81%, contrários.

Os resultados por região revelam que a maior aprovação à proposta (33%) vem das regiões Norte e Nordeste. No Sul, 28% concordam com a criação da contribuição. Para o Sudeste e o Centro-Oeste, os índices foram de 27% e 24% de aprovação, respectivamente.

O Data-Senado ouviu, entre 6 e 16 de junho, 1.120 pessoas com mais de 16 anos residentes em capitais. A margem de erro é de 3% para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95%.

Universidades federais terão mais 3.375 cargos

O Plenário do Senado aprovou no final da noite de ontem dois projetos de lei da Câmara que, juntos, criam 25.105 novos cargos em instituições federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior.

O PLC 30/08 institui 3.375 cargos no âmbito do Ministério da Educação, destinados à redistribuição às instituições federais de ensino superior. Desse, 2.300 são cargos efetivos de professor para a carreira do magistério superior e 1.075 são cargos técnico-administrativos para diversas áreas.

Já o PLC 91/08 cria 9.430 cargos técnico-administrativos e 12.300 cargos de professor de ensino fundamental e médio, a serem distribuídos a instituições federais de educação profissional e tecnológica.

— Tenho feito críticas acerca da velocidade do governo no trato de questões relativas ao ensino básico, mas, no ensino superior, o governo Lula tem dado saltos consideráveis. Em momento algum houve um salto como esse — disse.



Na audiência, Souza Nunes, João Pedro, Socorro Marques e Henrique Pereira

Debatedores pedem regras claras na venda de terra a estrangeiros

Especialistas solicitaram ontem à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) uma legislação mais moderna e eficiente sobre a aquisição de terras brasileiras por estrangeiros. O pedido foi feito em audiência pública que discutiu a compra e venda na Amazônia.

O diretor-presidente do Instituto de Terras da Amazônia (Iteam), Sebastião de Souza Nunes, explicou que o grande número de vendas a estrangeiros "está ferindo a soberania nacional".

– Precisamos de uma legislação moderna, que permita ao estrangeiro participar da economia nacional, mas com regras claras – disse ele.

Já a superintendente do Incra no Amazonas, Socorro Marques, afirmou que os estrangeiros estão sendo beneficiados por um parecer da Advocacia Geral da

União (AGU) que possibilita a compra de terras por estrangeiros sem o devido controle pelo governo. Sem a revogação desse parecer, segundo ressaltou, o Incra não tem condições de atuar.

Gethal

A suposta compra de vasta área na região amazônica pela empresa Gethal Amazonas S/A, do sueco Johan Eliasch – que está sendo investigado por suspeita de irregularidade na aquisição –, também foi tema da reunião. O superintendente do Ibama no estado do Amazonas, Henrique Pereira, afirmou que a empresa não cumpriu o termo de ajustamento de conduta no qual se comprometeu a apresentar certidões de posse e certificado de regularidade das propriedades em seis municípios.

Senadores querem revogação de parecer que facilitaria negócio

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) vai encaminhar à Advocacia Geral da União ofício recomendando a revogação de parecer do órgão que facilitaria a venda de terras brasileiras a estrangeiros. O envio do ofício foi aprovado ontem pela CRA, por sugestão do senador José Nery (PSOL-PA).

O colegiado também acolheu requerimento de Nery para que representantes da Madeireira Gethal Amazonas S/A e da organização não-governamental Cool Earth, que recusaram convite para participar da audiência pública de ontem, sejam convocadas pela CRA com o objetivo de esclarecerem as denúncias de irregularidade na compra de terras da Amazônia.

Segundo José Nery, a ausência das duas empresas deve ser interpretada como um descaso

com a CRA e com o Senado Federal. "Tal é a gravidade do assunto, que merece até mesmo ser discutido numa comissão parlamentar de inquérito", afirmou.

O senador João Pedro (PT-AM), que presidia a audiência, autorizou ainda o encaminhamento de ofícios para que os cartórios de seis municípios da Amazônia onde a Gethal teria comprado terras irregularmente liberem à Comissão de Agricultura todos os dados referentes à aquisição de terras por estrangeiros.

Também por sugestão de José Nery, a CRA deve votar na próxima semana a criação de uma subcomissão temporária com a finalidade de examinar todos os casos de venda de terras a estrangeiros, bem como rever a legislação brasileira sobre o assunto.

Substitutivo que também garante o benefício à agropecuária orgânica havia sido acolhido na terça-feira pela CAE. Decisão da Comissão de Agricultura é terminativa

Crédito mais fácil à pecuária intensiva é aprovado na CRA

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem, em decisão terminativa, substitutivo do senador Osmar Dias (PDT-PR) que estimula a concessão de crédito rural aos proprietários que substituírem a pecuária extensiva pela intensiva e aos produtores que adotarem o sistema orgânico na agropecuária. A proposta havia sido acolhida na terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O substitutivo, que altera o artigo 48 da legislação sobre política agrícola (Lei 8.171/91), foi elaborado com base em dois projetos de lei, um do senador João Tenório (PSDB-AL) e outro do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). O de João Tenório (PLS 474/07) estimulava a adoção da pecuária intensiva. Já a proposta de Valadares (PLS



Jayme Campos, Sérgio Guerra, Jucá, Pedro Simon, José Nery, Valadares e Osmar Dias

555/07) previa benefícios à agropecuária orgânica.

Osmar Dias lembrou que, ao direcionar crédito rural para as duas áreas, o Brasil contribuirá para reduzir o baixo índice de produtividade do país, se for levado em conta a extensão do território nacional.

– Com esse projeto, ganha a renda e ganha o emprego no país – assinalou Osmar Dias.

Na terça-feira, na CAE, o re-

lator explicou que a pecuária intensiva reduz a pressão sobre as áreas de floresta. Quanto aos sistemas orgânicos, Osmar Dias afirmou que se trata de conciliar economia e ecologia.

O senador José Nery (PSOL-PA) solicitou vista da matéria, mas atendeu a apelo dos senadores Osmar Dias, Valadares e Romero Jucá (PMDB-RR) para que o substitutivo fosse votado na reunião de ontem.

Paim: crise pode afetar a vitivinicultura



Produtores cobram providências, diz Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem os produtores de uva e vinho do Rio Grande do Sul e de outros estados. Segundo disse, o setor pode viver uma crise em 2009 caso não sejam adotadas medidas para a absorção da safra.

Paim informou que cerca de 2 mil pessoas estarão hoje em frente ao Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, e à Assembléia

Legislativa do estado em ato de protesto. Os produtores reivindicam a redução de 25% dos estoques de vinho via instrumentos de controle e a formação de estoques reguladores que garantam a colocação total da próxima safra de uvas.

Segundo Paim, os vitivinicultores reclamam do aumento das importações de vinho nos últimos anos, facilitado pela taxa cambial e pelos acordos internacionais, o que só tem beneficiado os produtos estrangeiros, alegam.

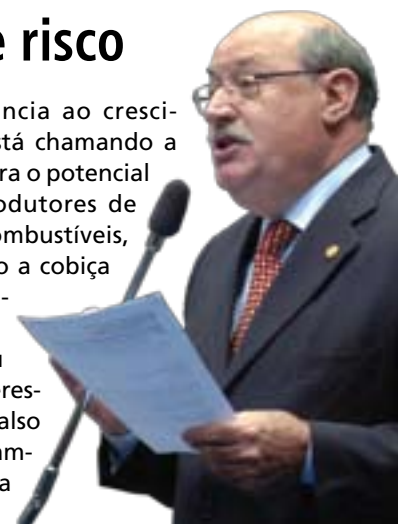
Neuto de Conto: soberania corre risco

O senador Neuto de Conto (PMDB-SC) chamou a atenção para o risco de internacionalização de terras brasileiras, com efeitos negativos sobre a soberania do país, não apenas na Amazônia, mas também em outras partes do país.

Grande parte do problema concentra-se na Amazônia, disse. Nessa região estão 55% das propriedades registradas em nome de estrangeiros, no mínimo, 3,1 milhões de hectares, afirmou. No restante do país, são pelo menos 2,4 milhões de hectares.

– E há uma tendência ao crescimento. Nosso país está chamando a atenção do mundo para o potencial que temos como produtores de alimentos e de biocombustíveis, e isso tem aumentado a cobiça de empresas estrangeiras.

O senador ressaltou que muitos desses interesses se revestem do "falso manto" da proteção ambiental para justificar a aquisição de terras.



Neuto de Conto: cobiça hoje é maior

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Alvaro Dias • Antônio Carlos Valadares • Efraim Morais • Tião Viana •

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Para transformação de distrito em cidade, proposta fixa várias exigências como infra-estrutura, número mínimo de habitantes, estudo de viabilidade, plebiscito, condições econômicas e estimativa de despesas com pessoal e custeio

Aprovadas regras mais rigorosas para criação de municípios no país

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem novas regras para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. De acordo com projeto de lei complementar, distritos só poderão ser transformados em municípios caso tenham eleitorado igual ou superior a 50% de sua população e possuam núcleo urbano já constituído, dotado de infra-estrutura, edificações e equipamentos compatíveis com a condição de município.

Segundo o substitutivo apresentado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) a projeto (PLS 98/02) de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), e que tramitou em conjunto com outras três proposições, a criação de município será condicionada a população igual ou superior a 5 mil habitantes na região Norte; a 10 mil nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; e a 15 mil nas regiões Sul e Sudeste. O projeto segue agora para votação no Plenário do Senado.

A proposta tem por meta criar regras mais duras para



Projeto, que vai agora à deliberação do Plenário, foi aprovado pelos senadores da Comissão de Justiça após intenso debate

que distritos não sejam transformados em municípios sem as mínimas condições físicas, mas apenas para atender a desejos políticos de lideranças locais, conforme esclareceu Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Valter Pereira (PMDB-MS) informou que apresentará emenda de Plenário, retirando das novas regras as localidades onde já foram realizados plebiscitos para transformar distritos em municípios.

O projeto também exige outros requisitos para a criação de municípios, como a continuidade territorial. O futuro município não pode estar localizado em reserva indígena ou áreas de preservação ambiental ou pertencentes à União e suas autarquias e fundações.

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de entes municipais serão feitos por lei estadual e dependerão de Estudo de Viabilidade Muni-

cipal e consulta prévia, mediante plebiscito, às populações das localidades envolvidas. O estudo deverá abordar aspectos econômicos, financeiros e administrativos, bem como estimativas das despesas com pessoal, custeio e investimento. O documento informará também se a nova unidade administrativa terá condições de prestar serviços públicos de interesse local, especialmente com relação à educação e à saúde.

Estabilidade a servidor do Serpro cedido à Receita

Proposta que assegura estabilidade funcional a cerca de dois mil servidores do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) que, na data da promulgação da Constituição de 1988, encontravam-se cedidos à Secretaria da Receita Federal e já tinham cinco anos de exercício contínuo na administração pública foi aprovada ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto aprovado é o substitutivo de Eduardo Suplicy (PT-SP) à proposta de emenda à Constituição (PEC 6/04) de Arthur Virgílio (PSDB-AM). Agora, a PEC será votada em Plenário, em dois turnos, seguindo depois para exame na Câmara.

A CCJ aprovou ainda projeto de decreto legislativo (PDS 55/08) que convoca plebiscito sobre a possibilidade de mudança de horário, em uma hora, em

Mato Grosso do Sul, para que se torne o mesmo de Brasília. Elaborada por Valter Pereira (PMDB-MS), a proposição contou com o apoio de mais 29 senadores. O relator foi Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Na justificativa, os autores argumentam que a diferença de fuso horário em relação ao horário de Brasília impacta negativamente o setor produtivo do estado.

Adiada votação da proposta que muda a Lei das Inelegibilidades

Um pedido de vista coletivo encabeçado por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) levou ao adiamento da votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do substitutivo de Demostenes Torres (DEM-GO) a proposta sobre a inelegibilidade.

O substitutivo reúne 26 proposições destinadas a alterar a Lei Complementar 64/90 (Lei das Inelegibilidades). A matéria será analisada na próxima terça-feira, às 14h. Ontem, Demostenes leu e comentou o seu substitutivo. Uma das principais inovações é a proibição de candidatos concorrerem a cargos eletivos caso sejam condenados pela Justiça em primeiro grau por crimes contra o sistema econômico e financeiro, contra a economia popular e quaisquer outros que impliquem corrupção. Crimes com penas superiores a dez anos também poderão inviabilizar candidaturas.

Ainda ontem na CCJ foi aprovado projeto do Executivo (PLC 94/08) que autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. A Ceitec atuará no âmbito das tecnologias de semicondutores e áreas correlatas.

PEC sobre fim dos sigilos de autoridades públicas será analisada na próxima semana

O exame da proposta que suspende os sigilos bancário e fiscal de ocupantes de cargos eletivos durante os seus respectivos mandatos e de ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança pela CCJ foi adiado para a próxima semana.

O texto a ser votado é o substitutivo de Pedro Simon (PMDB-RS) a proposta de emenda à Constituição (PEC 47/05) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). O texto do relator estende a suspensão dos sigilos aos contratantes com a administração pública e aos ocupantes de funções, cargos e empregos públicos de qualquer natureza, durante a vigência da relação contratual ou do vínculo empregatício.

Simon classificou a PEC de relevante no sentido de ajudar a moralizar a administração pública. Já Aloizio Mercadante (PT-SP), que pediu vista da proposição, entende que a sugestão é salutar, mas, conforme observou, fere artigo da própria Constituição, a qual considera os direitos e garantias individuais como cláusula pétrea.

Cristovam, por sua vez, considera que, "se um cidadão ocupar qualquer função pública, também devem ser públicos os seus dados bancários e fiscais".

Augusto pede internet rápida para Roraima

O senador Augusto Botelho (PT-RR) defendeu ontem a implantação, em Roraima, da internet banda larga por meio de uma rede de fibras óticas. Atualmente, explicou, o acesso à rede mundial de computadores, no estado, se faz via satélite – tipo de conexão que é dificultada pelas condições climáticas locais, especialmente no inverno, quando há intensas chuvas em Roraima.

De acordo com o senador, a ausência de rede banda larga constante no estado prejudica escolas, hospitais e serviço público em Roraima.

A idéia de Augusto é utilizar a rede de fibra ótica dos cabos elétricos do "Linhão do Guri" e também a rede que já existe na Venezuela. Ele pediu que o governo brasileiro inicie logo negociações com o país vizinho para permitir o uso da rede venezuelana.



Augusto sugere parceria com Venezuela para usar fibras óticas

Tuma reivindica "salários dignos" para os bombeiros

No Dia dos Bombeiros, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) pediu que os governos ofereçam "salários dignos" a esses profissionais, lembrando que hoje eles não se limitam a controlar incêndios, atuando também no socorro a acidentados.

– O Corpo de Bombeiros é hoje uma das instituições mais respeitadas pelos brasileiros – afirmou.

O senador prestou homenagem à antropóloga e ex-primeira-dama Ruth Cardoso, lembrando "o agradecimento emocionado aos brasileiros" feito pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, após a Missa de Sétimo Dia, na terça-feira, em São Paulo.

– Dona Ruth foi uma ilustre dama brasileira, que se manteve ao lado do presidente Fernando Henrique Cardoso com dignidade, ética, responsabilidade e cultura, sempre com muita independência – disse.



Tuma também fez homenagem à ex-primeira-dama Ruth Cardoso



Mesquita Júnior quer dados na internet

Projeto dá maior transparência ao Bolsa Família

Os estados, o Distrito Federal e os municípios com mais de 100 mil habitantes serão obrigados a colocar na internet a relação de beneficiários, valores e respectivos períodos de vigência do Programa Bolsa Família. Do contrário, o repasse de recursos da União será suspenso.

É o que determina substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projeto de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) – PLS 17/05 –, aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta, de acordo com Azeredo, tem por meta dar maior nitidez ao processo de transferência de renda.

Alternativa

Nos municípios com menos de 100 mil habitantes, acrescenta o substitutivo, aquela exigência será substituída por outra que assegure a publicidade dos dados junto à população local, conforme definido em regulamento.

Roberto Teixeira recusa-se a depor no Senado

O advogado Roberto Teixeira recusou o convite para prestar esclarecimentos ao colegiado sobre a denúncia de favorecimento do fundo norte-americano Matlin Patterson, pela Casa Civil, na compra da Varig.

A informação foi dada pelo gabinete de Marconi Perillo (PSDB-GO), presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Em fax encaminhado ao senador, Teixeira afirma que responderá por escrito aos questionamentos da comissão. A audiência está marcada para hoje, às 10h.

O advogado compareceu ao Senado para ser ouvido em 18 de junho, mas, na ocasião, a oitiva foi adiada em razão da ausência dos outros depoentes convidados: os ex-sócios brasileiros da Volo do Brasil – Marco Antônio Audi, Marcos Haftel e Luiz Eduardo Gallo, que alegaram a necessidade de comparecer a um julgamento sobre o mesmo caso em São Paulo.

Na ocasião, os senadores acharam mais conveniente ouvir todos os depoentes no mesmo dia. No fax, Teixeira diz que não havia nenhuma audiência a que eles deveriam comparecer e qualificou a alegação dos três sócios como “mentirosa” e “desrespeitosa aos membros do Congresso”.

Mais ausências

Os sócios Marcos Haftel e Luiz Eduardo Gallo também não devem comparecer à audiência de hoje. Ambos, segundo a assessoria de Marconi, afirmaram que serão representados pelo outro sócio, Marco Antônio Audi. O comandante Elnio Borges Malheiros, presidente da Associação dos Pilotos da Varig, também não comparecerá em razão de viagem ao exterior.

Confirmaram presença apenas Marco Antonio Audi e o deputado estadual Paulo Ramos (PDT), que presidiu a CPI da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro sobre a venda da Varig.



Serys Silhessarenko e deputado Mendes Ribeiro: Comissão de Orçamento aprova texto da LDO

Foto de Leopoldo Silva

Mudanças incluem nova sistemática de gastos do governo federal, em caso de atraso na aprovação do Orçamento. Hoje, devem ser votados destaques ao texto

LDO passa por comissão. Agora, só falta o Plenário

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório da senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009. Graças a um acordo entre governo e oposição, a apreciação da matéria foi rápida. Apenas a votação dos 161 destaques não foi concluída, devendo ser retomada hoje, às 9h.

Uma alteração importante trazida pela LDO se refere à execução provisória do Orçamento no caso de não aprovação da lei até o final de dezembro do ano anterior. O substitutivo de Serys modificou

a regra anterior que permitia a realização de até três doze avos de ações programáticas incluídas no Orçamento pela de um doze avos mensal. Contudo, essa autorização só vale para despesas com calamidade pública, garantia de preços mínimos para alimentos e investimentos nas empresas estatais, estes condicionados a divulgação detalhada de destinação.

Em atendimento à reivindicação da oposição, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não receberam autorização para serem executadas de forma

provisória pelo critério de um doze avos, no caso de não votação da lei orçamentária no prazo previsto.

Serys adotou também nova regra de reajuste do salário mínimo, que garantirá aumento real, recompondo inclusive o poder de compra, com as dotações para reajuste (ganho real) equivalentes à taxa de variação real do produto interno bruto (PIB) de 2007 e não do PIB *per capita*. Com essa medida, o valor do mínimo projetado para 2009 será de R\$ 453, maior que os R\$ 449 calculados pela regra de reajuste em vigor.

PSDB aceita explicações e anuncia volta à CMO

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), anunciou em Plenário, ontem à noite, que os senadores do seu partido deverão voltar a participar dos trabalhos da CMO e que estão dispostos a ajudar na aprovação da LDO.

A decisão foi tomada logo após a relatora Serys Silhessarenko ter esclarecido dúvidas do líder tucano sobre o mecanismo de execução provisória de um doze avos do Orçamen-

to, constante do texto da LDO aprovado pela comissão (veja texto acima).

O afastamento dos senadores do PSDB ocorreu em fevereiro, em protesto por supostas irregularidades ocorridas na incorporação de emendas individuais de 87 parlamentares ao Anexo de Metas e Prioridades do Orçamento de 2007, aprovado neste ano.

– Percebemos a boa vontade, percebemos o desejo de

acertar e entendemos que não é justo permanecermos de fora negando a modesta contribuição que podemos emprestar a esse processo mais saudável – disse Arthur Virgílio.

Mais cedo, a oposição ameaçou boicotar a votação em Plenário da LDO, caso o governo não libere o dinheiro das emendas individuais dos senadores no Orçamento de 2008. A denúncia partiu do senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Parlamentares querem porto de Luís Correia no PAC

Em audiência pública com o governador do Piauí, Wellington Dias, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, senadores e deputados do estado manifestaram-se a favor da inclusão da construção do porto de Luís Correia no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Heráclito Fortes (DEM-PI), que presidiu a reunião, questionou o governador sobre a rescisão, por parte do governo do Piauí, do contrato com a empresa Indústria Naval do Ceará (Inace) assinado em setembro de 1992, para a construção e a exploração do porto. De acordo com o governador, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários constatou em inspeção, em julho de 2003, o total abandono da obra, o que motivou a rescisão.

O senador também pediu ao governador que envie à comissão cópias dos editais e contratos da licitação para a execução do projeto do porto. O governador prometeu encaminhar os documentos e disse que a Secretaria Nacional de Portos abriu empenho no valor de R\$ 11 milhões, o que permitiu fazer a licitação para o projeto, a ser realizada até 30 de julho.

Hidrovia e ferrovia

Wellington Dias afirmou que, além do Porto de Luís Correia, o governo pretende, com o apoio da bancada, construir uma ferrovia de 300 quilômetros e revitalizar o rio Parnaíba de forma a viabilizar uma hidrovia de mil quilômetros para ligar o porto à região. Para todo esse complexo de infra-estrutura, serão necessários investimentos de R\$ 400 milhões.

O senador Mão Santa (PMDB-PI), que destinou recursos de suas emendas parlamentares para as obras do porto, disse – durante a audiência e em discurso em Plenário – que passará a apoiar o governo Lula, ao qual faz oposição, caso a obra seja incluída no PAC e realizada.



Gerson Camata lembra esforço de Edilson Avelino dos Santos para salvar o filho

Homenagem a agricultor é sugerida por Camata

Gerson Camata (PMDB-ES) sugeriu que no Dia dos Pais, em 10 de agosto, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) preste homenagem ao agricultor Edilson Avelino dos Santos, que não desistiu de encontrar o filho, Jonatan, de 18 anos, que se perdera em plena selva amazônica. Após 71 dias de busca, Edilson encontrou o filho ainda vivo, mas o rapaz, enfraquecido, morreu pouco depois em seus braços.

– A polícia desistiu, o Exército desistiu, a Aeronáutica desistiu, os amigos desistiram, mas o pai ficou, levando mordida de mosquito, de besouro, de cobra, atrás do seu filho, até que o encontrou vivo – lembrou o senador.

IDELI APRESENTA VOTO DE PESAR PELA MORTE DE ADHEMAR GHISI

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), apresentou ontem em Plenário requerimento de voto de pesar pela morte do ex-deputado federal e ministro aposentado do Tribunal de Contas da União (TCU) Adhemar Ghisi. O político faleceu em Coimbra, Portugal, na madrugada de terça-feira, aos 77 anos, vítima de pneumonia. Alvaro Dias (PSDB-PR), na presidência dos trabalhos, disse ter apresentado requerimento no mesmo sentido, juntamente com Gerson Camata (PMDB-ES). Ele lembrou a convivência com Ghisi na Câmara dos Deputados.

EXPEDITO JÚNIOR COBRA REAJUSTE A POLICIAIS DE EX-TERRITÓRIOS

Expedito Júnior (PR-RO) fez apelo pela aprovação da medida provisória (MP 426/08) que reajusta os vencimentos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, com a extensão do benefício aos profissionais da ativa, das duas categorias, dos ex-territórios. A MP, disse o senador, recebeu emenda do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), na Câmara, garantindo o reajuste salarial a inativos e pensionistas dos ex-territórios.

SESSÃO ESPECIAL DEVE LEMBRAR OS 200 ANOS DO BANCO DO BRASIL

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, apresentará requerimento para a realização de sessão especial em celebração aos 200 anos do Banco do Brasil. Ele anunciou a iniciativa ao presidente da instituição, Antonio Francisco de Lima Neto, com quem se encontrou ontem. A conversa foi marcada por referências ao papel do banco no desenvolvimento regional. Lima Neto informou que a instituição está interessada nas negociações para venda da folha de pagamento dos servidores do Senado, mas falta consenso sobre o assunto, disse.



Foi exemplar o trabalho das Centrais Elétricas de Rondônia, disse Fátima Cleide

Fátima Cleide ressalta prêmio dado à Ceron

Fátima Cleide (PT-RO) ressaltou ontem o prêmio de Reconhecimento de Mérito concedido pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) às Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron). A distinção faz parte do Prêmio Procel Cidade Eficiente em Energia Elétrica, para boas práticas em eficiência energética realizadas por prefeituras. A Ceron foi agraciada por ter participado do projeto ganhador do Destaque em Promoção dos Conceitos de Eficiência Energética, destinado à cidade de Cujubim (RO) pela implantação do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente, o Reluz. “Foi exemplar” o trabalho da Ceron, disse Fátima Cleide.

Geraldo Magela

Geraldo Magela